



XXII ENANGRAD
Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração
São Paulo, 23 a 26 de outubro de 2011

O ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO E A SUA INTEGRAÇÃO COM O MERCADO

CHAMADA DE TRABALHOS

ENVIE SEU ARTIGO ATRAVÉS DO SITE www.angrad.org.br
PARA AS SEGUINTEs ÁREAS TEMÁTICAS:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA **ÁREA NOVA** EMPREENDEDORISMO E GOVERNANÇA CORPORATIVA

ENSINO, PESQUISA E CAPACITAÇÃO DOCENTE EM ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE **ÁREA NOVA** GESTÃO DE INFORMAÇÕES E TECNOLOGIA

GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO

MARKETING GESTÃO DE PROCESSOS E QUALIDADE TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

PRAZO FINAL PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS:

03 DE JULHO DE 2011

NÃO HÁ LIMITES DE ARTIGOS POR AUTOR

CONSULTE O REGULAMENTO COMPLETO EM NOSSO SITE

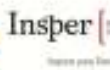
Realização



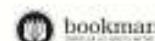
Co-Realização



Patrocínio



Apoio



ENTREVISTA:
Samuel Lara de Araújo

EM DEFESA DA AUTONOMIA E DA QUALIDADE NAS ESCOLAS PARTICULARES



Com quase 20 anos de dedicação exclusiva na área da educação, o diretor do Colégio Presbiteriano, Samuel Lara de Araújo, é um profundo conhecedor de administração escolar e políticas educacionais. Formado em Medicina Veterinária, com Pós-Graduação Administração pela Universidade Federal de Lavras, ele tem MBA em Administração Acadêmica Universitária, é membro (tendo exercido vários cargos de diretoria e conselho) do SINEPE Nordeste desde a sua fundação, participa da ANEP (Associação Nacional das Escolas Presbiterianas), é vice-presidente da Associação Minas Espírito Santo das Escolas Presbiterianas, e da Câmara de Educação Básica da CONFENEM – Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, onde já atuou na Câmara do Ensino Superior.

Em recente reunião da CONFENEM, que é o órgão de maior representatividade da rede particular de ensino no país, Samuel foi convidado a apresentar um estudo que analisa questões que preocupam as escolas da iniciativa privada em relação à Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada ano passado e o PNE (Plano Nacional de Educação) para o decênio 2011-2020, lançado em dezembro último pelo governo federal e atualmente em processo de votação no legislativo federal. A seguir, ele fala sobre esse estudo, suas conclusões e desdobramentos.

RM: Qual é o objeto do seu estudo?

SL: ano passado foi realizada a Conferencia Nacional sobre educação, que gerou o Documento Final da CONAE, no qual são

abordados seis eixos relativos à educação. Como foram vários os segmentos da sociedade participando da CONAE, em alguns pontos há posicionamentos que podem conflitar de alguma forma com a iniciativa privada. Fui designado pela CONFENEM para falar sobre o posicionamento da escola da iniciativa privada, em simpósio realizado em Brasília, que contou com a participação do Secretário Executivo do MEC Prof. Francisco das Chagas Fernandes para apresentar a visão do Governo. A preocupação da CONFENEM é que a iniciativa privada tenha seu espaço na educação, como previsto em lei, e que este processo no qual hoje a iniciativa privada representa uma fatia significativa, seja conduzido com qualidade, e com respeito aos princípios legais em todas as esferas. Algumas propostas da gestão democrática estão na contramão até mesmo do que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da educação, que em vários de seus artigos estabelece que a gestão democrática seja restrita ao ensino público. A escola privada tem participado do avanço do processo educacional no país, e uma das minhas colocações foi que: falar da iniciativa e da escola privada se torna fácil porque muito antes desse crescimento explosivo que houve no setor nos últimos anos, a escola particular ocupou um espaço significativo. Temos, no Brasil, escolas particulares centenárias. Porque tirar delas o poder de decisão na condução de suas instituições se elas deram certo até hoje? Então posso dizer que o objetivo do estudo, dentro desse contexto apresentado, é de defender a autonomia administrativa, autonomia dos projetos pedagógicos, delimitando o território de competência das escolas públicas e o das escolas particulares.

RM: de acordo com a CONAE e o PNE, como poderia se dar essa interferência?

SL: De uma forma mais direta, alguns grupos sociais que hoje tem um grande poder de pressão sobre segmentos do governo, inclusive a própria CONAE, com participação desproporcional em relação à

representação do setor privado, reivindicam os pontos defendidos por suas bandeiras. Alguns desses grupos sociais estão bastante articulados para que suas idéias sejam implantadas a qualquer custo dentro das instituições privadas, e às vezes até ferindo o princípio da sua autonomia. Nesse encontro em Brasília, foi levantado questionamento, quanto à grande possibilidade de que alguns princípios, relativos ao que está previsto no PNE, poderiam estar muito abertos, permitindo legisferação dos Estados e Municípios. Por isto, torna-se necessário a construção de uma proposta coerente com a realidade de cada setor, que atenda a proposta central do governo, sem que os Conselhos Estaduais e Municipais percam o alinhamento com a mesma.

RM: Como funcionaria, na prática, a gestão democrática na rede particular?

SL: as escolas particulares já passam por regulamentação, normas que são estabelecidas pelo Estado. Ao falar em gestão democrática, uma das postulações é no sentido de que o corpo diretivo e as contratações dentro das instituições sejam decididos por conselhos escolares cuja composição seria feita com participação dos grupos sociais diversos, externos à comunidade escolar. Entendemos que existe um espaço – que é a rede pública – no qual pode se justificar a gestão democrática. Já as instituições privadas, tiveram um princípio de fundamentação na sua criação. E esses valores não podem ser jogados por terra e as filosofias dessas instituições não podem ser mudadas. Há uma preocupante expressão registrada no documento da CONAE que é a “Construção de uma nova ética”. Pergunta – se: a construção de uma nova ética é jogar por terra todos os valores que nós temos? Precisamos evoluir e caminhar na direção do progresso, de um novo entendimento, de transformação da sociedade, de quebra de paradigmas, mas não interferir em princípios básicos de conceitos já firmados ao longo do tempo. Além da questão administrativa, pleiteia-se nessa questão da gestão democrática, interferência também nos projetos político-pedagógicos das escolas. Então, outro ponto defendido no seminário em Brasília, é a autonomia dos projetos políticopedagógicos, uma vez que cada escola constrói o seu dentro de uma visão de mundo, de país, dos seus princípios e da sua filosofia. Respeitando as normas do governo com relação a ter o seu currículo atendendo plenamente os PCNs (planos curriculares nacionais), mas com a liberdade de inserir conteúdos de sua proposta individual e filosófica. A partir do momento em que viéssemos a ter (o que nem podemos admitir a possibilidade de acontecer) a interferência no nível pleiteado, esses projetos pedagógicos das escolas estariam totalmente fora do seu contexto.

RM: O fato de as escolas particulares passarem por constantes processos de avaliação, autorização do governo e regulamentação já não são suficientes para garantir o funcionamento e autonomia?

SM: Esta é a nossa compreensão, algo de tão fácil percepção que nos impressiona a ferrenha luta e um posicionamento conduzido, até certo ponto com radicalismo, como se a iniciativa privada fosse vilã na história da educação desse país, quando ela tanto fez construtivamente. Se não existisse a escola privada no Brasil teríamos o índice de alfabetização que temos hoje? O contingente de alunos na rede privada é de muitos milhões, o que sinaliza a representatividade do setor.



RM: em que outros aspectos o documento da CONAE preocupa a CONFENEM?

SL: sempre que se fala em democratização neste documento, a palavra vem “amarrada” a outros conceitos, como se, por exemplo, a

qualidade do ensino viesse atrelada à democratização, o que, sabemos não corresponde à realidade. Quanto à questão de financiamento e controle social, entendemos que é responsabilidade do setor público. Todo cidadão tem amparo e deve usufruir a oportunidade de crescimento independente de classe social, etnia e qualquer limitação pessoal, devendo o Estado arcar e cuidar das situações que possam transferir ônus generalizado, induzindo à transferência de custos que firmam a equidade isonômica. No documento da CONAE estão previstas cotas específicas para determinados segmentos, e nesse aspecto, fecha em seu último capítulo a questão da justiça social, educação e trabalho, inclusão, diversidade e igualdade. A justiça social é questão constitucional e está prevista para todos. A questão da diversidade, segundo palavras do professor Francisco das Chagas Fernandes, foi o tema mais difícil debatido, por causa das representações dos grupos sociais, alguns deles com posicionamentos muitas vezes radicais, que esbarravam na falta de compreensão e respeito recíproco. É preciso ter cuidado para

que não haja uma inversão de pólos, transformando em vilões, instituições que expressem opiniões diferentes destes grupos. Queremos uma convivência onde se respeite as opções, os grupos formados, as representações que eles têm, mas que tais conceitos não venham a se sobrepor ou aviltar os direitos dos outros.

RM: E qual é a situação atual do Plano Nacional de Educação?

SL: o plano foi apresentado e está sendo submetido ao congresso. Ainda não foi votado. Enquanto isso fica uma lacuna, e o governo provavelmente vai se empenhar ao máximo para acelerar essa votação. Nesta fase cabe o envolvimento responsável e a defesa enfática por parte das escolas e suas entidades representativas, sindicatos, federações e associações, das famílias que exercem o direito de escolha de propostas que afinem com seus princípios; ombreando com a CONFENEN na defesa do direito e da liberdade da livre iniciativa. O futuro será determinado pelo momento presente, portanto, é nossa responsabilidade nos envolvermos na formação e na história de nossos filhos e netos. Além da educação, princípios e valores da família compõem o escopo do plano do governo.

RM: E o que pode ou está sendo feito para que estas propostas possam ser reavaliadas no PNE?

A CONFENEM está se posicionando quanto a isso. Tenho feito apresentações e palestras sobre o assunto em diversas oportunidades. Importante é estarmos difundindo as informações entre as escolas, segmentos da sociedade ainda alheios ao processo, famílias, alertando os desatentos, para que possamos ter uma só voz, uma só linha de pensamento na defesa dos direitos da escola da livre iniciativa.



Apóia este evento

Desconto especial de 10% para os associados da ANACEU

Para usufruir deste desconto informe o código "10w6-ANACEU"
na Ficha de Inscrição - campo Nome Participante

A HUMUS promoverá no dia **10 de junho de 2011** dois eventos destinados a **mantenedores, diretores, coordenadores de ensino e profissionais da área de atendimento de instituições de ensino de todo o Brasil**. Os eventos serão realizados em **São Paulo/SP**, no hotel Park Inn Ibirapuera, que está situado em uma nobre área da capital paulistana, próximo ao Shopping e ao Parque do Ibirapuera. Conheça-os:

Workshop 1

**GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS - O FATOR HUMANO FAZENDO
A DIFERENÇA NAS ORGANIZAÇÕES EDUCACIONAIS**

08h30 às 12h30

As instituições de ensino estão cada vez mais cientes de que os profissionais que nelas trabalham fazem a grande diferença para o seu negócio. Desde a recepção até a sala de aula, o desejo é o de que haja comprometimento, criatividade e inovação. No entanto, como são organizadas as políticas e práticas da instituição para que o chamado fator humano faça realmente a diferença?

O curso proporcionará um revisitado da gestão estratégica de pessoas nas instituições de ensino, com foco no fator humano, e apresentará os mais recentes recursos que possam maximizar o potencial dos colaboradores da escola e, conseqüentemente, do negócio.

Workshop 2

**COMO FAZER DO ATENDIMENTO AO CLIENTE UM
DIFERENCIAL COMPETITIVO DA SUA INSTITUIÇÃO**

13h30 às 17h30

Em um encontro rico em ilustrações práticas e fundamentações teóricas, serão explorados os distintos pontos de contato de uma instituição educacional com seus diversos públicos internos e externos, de tal forma a tornar o atendimento ao cliente um diferencial competitivo. Um cuidado especial será tomado com respeito à definição de rotinas, processos e pessoas, seja na vertente de estrutura, seja no treinamento, em busca do encantamento e coerência com a proposta de valor institucional. Os diferentes meios de contato (telefone, Internet, balcão, portaria, entrevistas, etc) serão alvos de análise e orientações, bem como as pessoas responsáveis por estas instâncias.

Acesse o site www.humus.com.br/eventos/10_6_11, conheça todas as informações sobre os cursos e inscreva-se.

**APROVEITE: Valores especiais até 13 de maio e para grupos de inscrições!
INSCREVA-SE PARA AMBOS OS CURSOS E GANHE 10% DE DESCONTO!!!**

Humus

Desenvolvendo gestores para o sucesso

Tel: (11) 5535-1397

Site: www.humus.com.br

E-mail: humus@humus.com.br

Mídias Sociais: [Twitter](#) / [Facebook](#)



A Reforma do Direito Processual Brasileiro

CICLO DE PALESTRAS

&

V ENCONTRO DO GRUPO BRASILEIRO DA
SOCIÉTÉ INTERNATIONALE DE
DROIT MILITAIRE ET DE DROIT DE LA GUERRE

Inscrições:

www.soc-int-direito.com.br

De 25 a 27 de maio de 2011 • Salão de Eventos do Hotel Praia Centro
Av. Monsenhor Tabosa, 740 - Fortaleza-CE

Com a participação de ilustres ministros do STF, STJ, STM, além de renomados desembargadores, juizes, doutrinadores e professores.

Patrocínio:



Apoio:



Realização:



GRUPO BRASILEIRO
DA SOCIEDADE INTERNACIONAL DE
DIREITO PENAL MILITAR E DIREITO DE GUERRA

Agência oficial:



ILAPE - INSTITUTO LATINO AMERICANO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

SCS Quadra 7 Bloco A - Sala 502 - Ed. Torre do Pátio Brasil - Brasília - DF

CEP: 70311-900 - Fone/Fax: 61.3963.4555 ou 8546.4832

<http://www.ilape.edu.br> | cursos@ilape.edu.br ou marilia@ilape.edu.br

Inscrição com desconto até o dia 16 de maio!

COORDENADOR NOTA 10!

Brasília - DF, 9 e 10 de junho de 2011

Ministrantes: Gustavo Monteiro Fagundes e Vladimir Bernardi

Programa:

I. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - 4h.

1. **Princípios constitucionais.**
2. **Ensino de graduação na LDB:** características; acesso; matrícula; transferência e trancamento; frequência - abono de faltas e exercícios domiciliares.
3. **Regulação e supervisão:** atos autorizativos, procedimentos e prazos.
4. **Diretrizes curriculares nacionais (DCNs):** orientações gerais; diretrizes curriculares; carga horária dos cursos; duração da hora-aula; trabalho acadêmico efetivo: definição e ações que podem ser reconhecidas.

II. COORDENADOR E GESTÃO - 4h

1. **Perfil profissional.**
2. **Características e funções:** o líder, o empreendedor, o gestor.
3. **Gestão de processos acadêmico-administrativos:** funções, atribuições e estratégias.
4. **Projeto Pedagógico de Curso (PPC):** estratégias de elaboração, atualização e execução.

III. COORDENADOR E AVALIAÇÃO - 8h.

1. **SINAES:** Concepção, políticas e diretrizes gerais.
2. **Avaliação institucional:** externa (MEC) e interna (CPA).
3. **Avaliação de cursos** - Instrumento de avaliação de cursos de graduação: dimensões; grupo de indicadores; indicadores; indicadores imprescindíveis; indicadores NSA; critérios.
4. **ENADE, CPC e IGC:** Componente curricular obrigatório; metodologias; questionário; estratégias e ações.
5. **O Coordenador de Curso e o processo de avaliação de curso e o ENADE/CPC/IGC:** atribuições, responsabilidades, estratégias, ações.

PÚBLICO ALVO: Diretores Acadêmicos, Coordenadores de cursos de graduação, Coordenadores de áreas de conhecimento ou de áreas profissionais, Supervisores de cursos de graduação, Chefes de departamento, Professores, membros de Núcleo Docente Estruturante e pessoas interessadas no tema.

OBJETIVO: Capacitar e atualizar em os profissionais que atuam em todos os setores da gestão acadêmica, especialmente os coordenadores de cursos, notadamente no que pertine às normas em vigor, à atuação do coordenador como gestor do curso e à sua participação nos processos avaliativos. O curso aborda todas as questões do dia-a-dia daqueles que, no âmbito das IES, estão ligados à atuação do coordenador de curso.

MINISTRANTES:

Gustavo Monteiro Fagundes - especialista em Direito Educacional, advogado, consultor jurídico do ILAPE e da ABMES. Diretor de Pós-Graduação e professor do curso de pós-graduação lato sensu de Especialização em Direito e Gestão Educacional da Faculdade ILAPE. Co-autor do livro LDB Anotada e Comentada e Reflexões sobre a Educação Superior - 2ª edição revista e ampliada.

Vladimir Bernardi - tecnólogo em Processamento de Dados e Assessor Pedagógico do Instituto Latino-Americano de Planejamento Educacional - ILAPE. Palestrante em eventos que abordam temas referentes ao ensino superior (legislação, sistema, instrumentos, formulários eletrônicos, ENADE, CPC, IGC etc.). Experiência Profissional: mais de 14 anos na área de assessoria de ensino superior, atuando em: desenvolvimento de projetos pedagógicos; plano de desenvolvimento institucional; regimento; projetos de credenciamento e reconhecimentos de IES e autorização, reconhecimento e renovação de

reconhecimento de cursos; protocolos e preenchimentos de formulários eletrônicos do SAPIENS, e-MEC e SIEDSup.

MATERIAL DIDÁTICO: *CD-ROM* contendo apresentação em *power point* e a legislação aplicável.

DATA: 9 e 10 de junho de 2011 (quinta e sexta-feira), das 8h30min às 12h30min e das 14h às 18h.

LOCAL: Auditório da ABMES - SCS, Qd. 7, Bl. A, Ed. Torre do Pátio Brasil, 5º Andar - Brasília, DF.

TURMAS: 50 participantes.

INVESTIMENTO:

a) **R\$ 2.000,00 (individual) para inscrições efetivadas até 16/5/2011.**

b) R\$ 2.200,00 (individual) para inscrições efetivadas a partir de 17/5/2011.

BÔNUS NO INVESTIMENTO:

a) Inscrição efetivada por IES associada à ABMES, ABRAFI, ANACEU: desconto de 20% sobre o total a ser investido. (A condição de associado deve ser comprovada pelo interessado no ato da confirmação da inscrição).

b) Participantes de outros cursos do ILAPE: desconto de 25% sobre o total a ser investido.

c) **Para clientes do ILAPE: desconto de 30% sobre o total a ser investido.** (O cliente deve estar em dia com os compromissos contratuais no ato da confirmação da inscrição).

Observação: os bônus não são concedidos de forma cumulativa.

PAGAMENTO: depósito bancário: Banco do Brasil - Agência 2872-X - Conta corrente 460.666-3 em nome do Instituto Latino-Americano de Planejamento Educacional - CNPJ 04.315.838/0001-25. Enviar por e-mail ou fax (fax: 61-3963-4555) o comprovante de depósito, devidamente identificado com o nome do participante.

CANCELAMENTOS: O cancelamento de inscrições confirmadas deverá ocorrer mediante comunicação expressa do participante, observada a antecedência mínima de 48 horas em relação ao início do evento, hipótese em que o participante poderá optar pelo recebimento da devolução de 50% do valor do investimento ou pela transferência de sua inscrição para outro evento do ILAPE de valor semelhante. Cancelamentos fora desse prazo serão considerados como *no show*, sem devolução do valor do investimento.

Caso não atingida a quantidade mínima de quinze inscritos para o curso, o ILAPE poderá cancelar a sua realização, observada a antecedência mínima de 48 horas em relação ao início do evento, hipótese em que o participante poderá optar pela devolução integral do valor do investimento ou pela transferência de sua inscrição para outro evento do ILAPE de valor semelhante.

CERTIFICAÇÃO: Certificado de extensão expedido pelo Instituto Latino-Americano de Planejamento Educacional - ILAPE, com 16 horas de duração.

**Todos os cursos oferecidos pelo ILAPE podem ser ministrados na modalidade in company, inclusive para grupos pequenos. Os cursos in company podem ser oferecidos dentro das instituições de ensino, em condições de preço e data compatíveis com a necessidade e a realidade das instituições. Consulte a relação dos cursos oferecidos pelo ILAPE e conte conosco para a qualificação dos profissionais que atuam na sua instituição.*

PRÊMIO CIDADANIA SEM FRONTEIRAS

Edição Nacional

UM CONVITE PARA QUEM CONTRIBUI.

Um reconhecimento às ações que beneficiam a sociedade.

Uma nação mais justa se constrói com conhecimento, educação e participação.



Inscriva-se!

Acesse: www.institutocidadania.org.br



Parceria

Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

Ministério da Ciência e Tecnologia



Apoio de divulgação



BYSide



Mais informações:
(11) 5042-2242 ou (11) 5543-6530.